

FOLHETO

Nº 137

DATA 26/11/02

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS



A COLONIZAÇÃO EUROPÉIA NOS TRÓPICOS

EDITADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

A COLONIZAÇÃO EUROPÉIA NOS TRÓPICOS

(Conferência proferida na instalação do Instituto de Tropicologia
da Universidade Federal de Pernambuco (Recife),
a 25 de abril de 1966)

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

Manaus — Amazonas
1966

FOLHETO
Nº.....137.....
DATA 26/11/02

nota explicativa

A CONFERÊNCIA que as Edições do Governo do Amazonas divulgam nesta plaqueta foi proferida a 25 de abril dêste ano, no Recife, na oportunidade da instalação do Instituto de Tropicologia, da Universidade Federal de Pernambuco, a convite do respectivo Reitor, e por indicação de Gilberto Freyre.

Debatido por vinte e cinco professores e à sua margem examinado o problema dos trópicos úmidos e secos brasileiros, por três outros professores, Miram de Barros Latif, do Rio de Janeiro, José Antônio de Melo Neto e Gilberto Osório de Andrade, êstes dois de Pernambuco, a conferência, ao final, mereceu conceitos honrosos para o autor, emitidos por Gilberto Freyre.

O Instituto, como órgão daquela Universidade, tem a seu cargo um vasto programa de trabalho de campo, de laboratório e de gabinete, já estando convocados cerca de trinta especialistas que propõem mensalmente, os temas pertinentes, desde o uso do solo à permanência e conduta dos Grupos Sociais instalados naquelas regiões.

MANAUS, junho de 1966.

I

O MUNDO tropical, revelado como nôvo espaço e nas humanidades e culturas que possuiu, foi emprêsa que os europeus promoveram e encontra suas raízes nos contactos medrosos, realizados pelos cruzados e pelos mercadores italianos e ibéricos do medievo. A literatura geográfica que antecedeu à dos humanistas propusera, em linhas gerais, como era natural, e sem a exactidão também natural, a existência dêsse mundo, daquelas humanidades e, em muito maior parcimoniosa informação, o que seriam as culturas que ali se poderiam encontrar. A notícia mais viva, mais pormenorizada e mais rigorosa era a que dizia respeito aos gêneros que, em ação mercantil, já se promovia com maior ou menor intensidade. Victor Magalhães Godinho, nessa admirável obra que é "Os descobrimentos e a Economia Mundial", atualizou os conhecimentos que possuímos hoje sôbre o que sabia a Europa daqueles espaços tão próximos, uns, tão distantes, outros.

Não se fêz ainda, porém, ao que eu saiba, com detalhes, o ensaio relativo à consciência européia nesse período preparatório dos grandes descobrimentos. O

que Antonelo Gerbi fez para as Américas, examinando o debate havido entre os homens de espírito sobre a excelência e sobre os aspectos negativos das terras e dos homens das Américas ou o que Robert Chinard levantou para enquadrar as Américas nesse pensamento literário europeu após ou no decorrer dos descobrimentos não é suficiente. Está por escrever-se, sem infidelidades ou exageros, o que foi êsse estalo de consciência.

O que chamamos de exótico, humano ou literário, resulta já do contacto com a natureza, com as culturas e com as humanidades tropicais, após a empresa de portugueses e espanhóis dilatando o conhecimento dos oceanos, terras e gentes, religiões e falares. Os trópicos, como área definida, para suas experiências e para seus empreendimentos econômicos e políticos, não parece que tenham sido compreendidos ou simpatizados, além daqueles méritos materiais que se poderiam aproveitar para autorizar o enriquecimento de nações e a sua negação como área a definir-se, um dia, por teor de civilização, diferente, é certo, daquela dos descobridores e colonizadores, mas civilização com tanta grandeza como a que gregos e romanos asseguraram pelos tempos afora.

A empresa colonial que os povos europeus executaram no mundo tropical, se em vários aspectos pode e deve ser merecedora de nossa condenação, em muitos outros aspectos pode e deve ser exaltada como empresa que se consolidou pela implantação de siste-

mas de vida e de posse efetiva que importou em sucesso como ação criadora e êxito como experiência sócio-econômica. Nesse particular, a experiência encontrou, nos homens da Ibéria, não apenas os pioneiros mas, fundamentalmente, os legítimos, os mais autênticos realizadores da operação e de domínio por métodos que lhes garantiu a glória de haverem dado origem a novas sociedades e a novos estilos de vida em lições que outros povos aprenderam e, quando não utilizaram, valeram-lhes o fracasso total.

Nos trópicos, encontraram os europeus não apenas espaços físicos possuídos primariamente por sociedades que não se distinguiam pela manifestação de culturas materiais e espirituais. Encontraram, também, povos que se realizavam com a maior grandeza, seja no social, seja no econômico, seja no espiritual. O inventário de que já dispomos acerca desses povos permite a certeza de que, muitos deles, haviam criado áreas de civilização de que se podia ufanar a espécie humana. Foi assim nas Américas, no Oriente e na própria África.

O conflito entre os europeus e os povos de côr, de cultura variada, diferente, permitiu, no entanto, um relacionamento nôvo entre os homens, e com novos espaços físicos. Transferiram-se alimentos. Na reciprocidade desses relacionamentos, até que ponto os trópicos, que foram o cenário do conflito, exerceram ponderância e em que proporção sobre eles se fêz sentir o vigor do instrumental de que os europeus se

valeram? Evidentemente, sôbre os trópicos e sôbre os que nêle viviam, os europeus maneжaram técnicas, serviram-se de instrumental para a guerra e para a paz, representada nos valores novos a que deram existência — sociedade e economia que já não eram aquelas que encontraram e também não eram, em si mesmas, as que representavam. O cavalo, a arma de fogo, as espécies vegetais e animais que trouxeram, para exemplificar, não representavam um papel de maior importância na velocidade da posse efetiva e na continuação dos impérios europeus nos trópicos? A transferência de casais ou de espécimens humanos solteiros, para a composição da nova sociedade e sua integração no mundo físico, não representou outro aspecto dessa posse efetiva dos trópicos?

Foram os ibéricos, todavia, em tôda essa experiência antropológica, é preciso não esquecer nunca, os que primeiro se defrontaram com os trópicos, nêle se instalaram, criando uma técnica de vida, de contacto, de posse, que garantiu, por quatrocentos anos, a experiência das soberanias européias e significou a maior contribuição levada às ciências da vida, à integração da espécie humana, à utilização do espaço com a desvalorização total de teses negativistas, que escondiam projetos políticos inconfessáveis.

A europeização da terra, começando pela ampliação do ecúmeno, constituiu a grande empresa material e espiritual que essa mesma Europa pode apresentar como ativo. Realizado por espécimens humanos que

não se recrutaram no Hagiológico mas nas prisões, na salsugem da humanidade, nos setores mais requintados, nas áreas mais pobres e mais abastadas das sociedades, no aventureirismo de uns, no amadurecimento da vida de outros, na mansidão de terceiros, que procuravam amansar a terra e os homens pela palavra da Igreja, a europeização da terra processou-se com rapidez, técnicas variadas e homens também variados. Realizou-se, preferentemente, nos trópicos úmidos ou secos, e validou a tese de que a europeização da terra não esteve a cargo de santos, de heróis ou de bandidos. Foi empresa de todos. E como consequência imediata, no decorrer dela, praticaram-se excessos de toda espécie e se praticaram atos dos mais expressivos de fraternidade humana. Houve de tudo. Foi empresa oficial e iniciativa ousada, pioneira, de interesses privados. Serviu à experiência capitalista, provocou a primeira experiência de lavoura tropical em grande estilo, em particular da cana, posteriormente do café, reformulou a técnica da navegação a grande distância, trouxe novidades sem fim aos mercados de troca mundiais, acelerou o processo de mudança da própria sociedade europeia. Na europeização da terra, nos trópicos úmidos e secos, transferiram-se, de um continente a outro, espécies vegetais e animais, como homens, numa inter-relação continuada, intensa, dirigida. Modificaram-se quadros da natureza encontrada, alteraram-se estruturas sociais e econômicas, fórmulas espirituais, interculturou-se intensamente, numa admirável, sensacional operação civilizadora. Não se pretenda encontrar,

no empreendimento, o planejamento que é marca de nossos dias, de uma tecnologia insatisfeita. O que se deve compreender é que, nêle, lançaram-se as bases de uma experiência por processos que não podiam ter sido concebidos dentro de fórmulas apriorísticas, mas iam sendo adotados por entre os altos e baixos, os sucessos e os insucessos da experiência. Viviam-se, com êle, assim, admirável renovação de tôda uma vasta existência universal que se enriquecia e se passava a elaborar sob ângulos e estrutura que a evolução normal, na Europa, não poderia ter autorizado aos europeus.

II

Na Amazônia, os europeus, representados em ingleses, franceses, holandeses, espanhóis e portugueses encontraram o mais extenso e continuado espaço tropical da Sul-América. Esse espaço podendo ser assim definido: "rede hídrica e floresta fechada, uma e outra sem par pelo volume, pela espessura, pela espetacularidade de seu conjunto. A rede hídrica, definida pelo Rio Amazonas e suas várias centenas de afluentes e sub-afluentes, lagos, paranás, furos, que lhe recebem ou lhe levam a contribuição diária, em fluxo e refluxo, nas enchentes e vazantes. A floresta é fechada, como que barrando a entrada ao homem, pela espessura, rica em espécies, mas heterogênea na distribuição delas. Não há nela a presença continuada das árvores de grande e pequeno porte, da mesma família, do mesmo

tipo ecológico, mas uma descontinuidade ilimitada, uma dispersão espantosa. A paisagem assim constituída, é natural, tranqüila, repetida, dá a impressão de que nos achamos nos primeiros dias do gênesis. A terra estará em formação ainda, e o homem será, assim, um intruso. A imagem, que Euclides da Cunha divulgou para exteriorizar o que ela lhe pareceu, é uma imagem exata. Porque, se ao pôr do sol, na dobra de um rio, naquilo a que chamamos de estirão, o panorama sabe bem ao espírito, encantando-nos, a paisagem selvagem da floresta e das águas imensas leva-nos a crer que estamos realmente diante da vida em seu estado de natureza, natureza ainda em arrumação, ausente o homem na sua luta para criar o lar e com o lar a sociedade organizada em horas de trabalho e de cultura aprimorada. Fica-se dominado pela idéia de que êle ainda não chegou, ou se chegou, veio antes do momento próprio”.

Sôbre ela já se fêz uma das mais extensas literaturas científicas, como o inventário do INPA e do IBBD já comprovaram em publicação meritória. Aqui mesmo, entre os que vão debater êste pronunciamento, há quem a tenha examinado com olhos de ver para um dos mais lúcidos ensaios de geografia humana — Gilberto Osório de Andrade. Homens da melhor estrutura científica, dedicaram-lhe a melhor atenção, procurando penetrá-la no que a particuliza, sob os mais variados aspectos. Mundo tropical, por excelência, a Amazônia constituiu, por isso mesmo, um dos mais autênticos campos para a experiência colonizadora da

Europa. Com sucesso? Sem sucesso? Aquêles erros a que me referi foram cometidos ali? Os êxitos alcançados foram resultantes de uma primeira experiência, obedeceram a algum plano de Estado, ou compuseram apenas um capítulo da aventura de colonos, de soldados, de religiosos?

III

O uso do meio físico pelos grupos indígenas que os portugueses encontraram na Amazônia era uso que lhes revelava o conhecimento que possuíam desse mesmo meio físico, mais tarde utilizado pelos portugueses, que não deram um passo sem a cooperação do gentio local, para identificar a natureza e dela obter os recursos que lhe permitissem o domínio do espaço. Para saber o que eram as plantas e os animais exóticos, para caçar, para pescar, para manejar as embarcações, para os quefazeres da vida diária, os portugueses valeram-se incessantemente e profundamente da colaboração do gentio, por isso mesmo buscado para garantir o sucesso da permanência.

Limitados nas exigências de seu viver parcimonioso, os indígenas da Amazônia nem por isso se tinham deixado de identificar com o meio físico. Não haviam constituído, é bem certo, civilização, por que outros grupos se assinalaram no quadro americano. Suas instituições políticas eram primárias. Suas técnicas de trabalho também eram primárias. A natureza a que se achavam presos, no entanto, não lhes era segredo.

Sabiam-na no valor imediatista que poderia apresentar. Em pequeno ensaio que se divulga em meu livro "Tempo e Vida na Amazônia", pretendi traçar uma síntese do que representaram aquelas multidões, meio selvagens, na sua presença, na sua problemática e na sua contribuição. Também um estudioso como Eurico Fernandes, em "A Contribuição do Índio à Economia", tentou fixar as linhas centrais do convívio que mantiveram com o meio físico e de como no comportamento que exibiam, revelaram certa inteligência, que talvez pudéssemos titular, ousadamente, de pragmática ou realista, ao utilizá-lo para sua admirável presença permanente. Porque é essa a lição de quantos os tem estudado, essa presença permanente foi uma realidade que só se explica pelo domínio que puderam exercer, domínio evidenciado no crescimento demográfico, assinalado por Antonio Vieira quando traçou os retratos da região e pasmou com a babel com que se defrontou, domínio, portanto, efetivo, decorrente, insistasse, do realismo de seus conhecimentos.

IV

À chegada à Amazônia, os portugueses traziam experiência excepcional de contacto com o mundo tropical: na África, no Oriente e na própria Sul-América. Contacto com o meio físico e com as humanidades que nêles viviam. Contacto que lhes permitiu identificar êsse espaço e êsses contingentes sociais, no que êles apresentavam de específico, de particular e

de utilidade para as mudanças que se principiavam na Europa como resultantes dêsses mesmos contactos, mudança nos estilos de vida, o que importava em comportamentos políticos, econômicos, sociais e espirituais, entre êles, fundamentalmente, as dietas alimentares, que se reformavam com a adoção de temperos e de espécies vegetais que as enriqueciam e lhes tiravam o aspecto e o gosto sensaborão que as caracterizavam.

A Amazônia, no entanto, para os que chegavam trazendo essa experiência tão profunda, no tempo e no espaço, já de um século de vivência e de convivência, era alguma coisa inédita. Floresta e água constituíam panorama novo, inédito, sensacional. No Nordeste, o encontro se realizava com uma natureza que não oferecia aquela magnitude. E sobre essa, de certo modo, pudera ser iniciada uma nova experiência de domínio, pela posse de terras onde se realizava a grande lavoura canavieira e se principiava a conquista do sertão para a aventura do creatório. O processo de mestiçagem já garantia o êxito de uma sociedade que crescia e se definia soberanamente, autorizando a expansão em termos de sucesso mais rápido para a implantação política da soberania portuguesa. Muito dêsse êxito era resultante dêsse processo, realmente admirável e que se desenvolvia sem embaraços maiores que certas limitações de ordem espiritual, que a Igreja oferecia, obstáculos que, todavia, não encontraram ressonância nos textos legais, ao contrário bastantes flexíveis nesse particular.

A presença portuguesa no mundo tropical, que se revelava ao mundo europeu nas peculiaridades que tanto o distinguiam, era uma presença ativa. A exegese dessas peculiaridades já se promovia com certa largueza. Se não se escrevia uma literatura específica, abundante, de identificação, nem por isso os primeiros capítulos dessa aventura científica, de sociografia, de geobotânica, perdiam importância. Porque, mesmo na pobreza da observação ou no restrito do registro, que se fazia, já revelavam um extenso quadro de novidades a serem incorporadas, como contribuição de Portugal, se não à renovação dos conhecimentos no campo do experimentalismo, mais como uma contribuição maciça para o enriquecimento dessa ciência experimental que se iniciava ao contacto com naturezas e com gentios desconhecidos. A dilatação da Fé e do Império, portanto a espiritualidade da expansão e o materialismo que a condicionou também, serviu às conquistas da inteligência, no entrechoque que se abriu entre homens que chegavam da Europa e homens que viviam nas áreas tropicais. Animais e vegetais exóticos passaram a compor, assim, um novo motivo para a empresa imperial. E de tudo isso resultou admirável experiência que vai assegurar, aos portugueses de quinhentos, essa extraordinária façanha que não valerá como perda de suas características fundamentais de povo e de cultura, mas o levará a aceitar tudo aquilo para incorporar à sua nova existência e permitir a grande mensagem do entendimento com os povos de côr e com as terras diferentes, distantes, exóticas, mar-

çadas pela diversidade de plantas, de animais, de técnicas de vida, inteiramente novas.

A Europa que se definira no medievo pela ocupação de seus espaços interiores, pelo domínio de florestas e pântanos, transformados em áreas humanizadas, isto é, possuídas efetivamente pela ação de lavradores, de pastores, de criadores de centros urbanos, de navegadores de cursos fluviais que substituíam águas paradas, até então inúteis ou nocivas, a Europa, pela mão e pela inteligência pragmática de portugueses passou à uma etapa de civilização — a do domínio dos oceanos, dos continentes distantes, na façanha ecumênica de novos mundos e novas humanidades.

Quando Gilberto Freyre, o mestre dessa para-ciência que é o íbero-tropicalismo, afirma a excelência dessa ação criadora e reveladora, indicando-a nas suas relações com o meio físico e com o meio social, no sucesso da quebra do "mito dessa falsa constante — a degradação do Europeu pelo Trópico", evidentemente não fez uma afirmativa vã, sem conteúdo, sem fundamento. Porque, como ele bem disse, os Trópicos não degradaram o Europeu. Ésse é que os degradou. Eu preferiria dizer — tentou degradar, porque, na verdade, o que podemos constatar é que, apesar de todo aquele esforço negativo, aquela ação depredadora contra a natureza e contra humanidades exóticas, os Trópicos continuam Trópicos, produzindo sociedades que progridem e se definem em todos os campos da civi-

lização, conquanto uma civilização que possuirá características diferentes, autônomas, próprias, peculiares.

Quando chegaram à Amazônia, em 1616, e plantaram seus primeiros estabelecimentos, a casa-forte do Presépio e o Hospício do Una, raízes, no tempo e no espaço, do que é hoje Belém, traziam, portanto, os portugueses, a grande experiência da vivência e da convivência com naturezas e humanidades tropicais.

Na empresa de europeização da terra, de que foram os pioneiros autorizados, os portugueses, cheios de calor humano e do espírito de aventura, revelaram-se sem hostilidade selvagem aos povos de côm, às religiões e às culturas daqueles povos. Ao contrário, mostraram simpatia, escreve Hernani Cidade, ao registrar a palavra e a emoção dos cronistas e evangelizadores que nos propuseram retratos daqueles encontros, em que não houve, salienta muito bem o historiador da expansão ultramarina nos seus aspectos espirituais mais legítimos, apenas santos e heróis, mas autênticas figuras da patologia criminal. Escreveu Hernani — a expansão portuguesa no Mundo — a realizada pela força — “nem foi obra de demônio nem foi obra de anjos. Foi obra de homens, capazes de todos os desmandos, dos instintos despeados no afrouxamento da disciplina, inevitável numa sociedade dispersa e sem vigilância próxima nem eficaz, mas também capaz de tôdas as dedicações a que um alto ideal pode mover um grande fundo de generosidade”. Mais “o juízo a fazer sobre o valor moral da nossa ação ultramarina, sobre-

tudo, do nosso contacto com os povos de além-mar, certamente ganhará em justeza, se atentarmos, não apenas no que se fêz, senão também no que se pensou se devia fazer, não só nos atos praticados, senão também no modo como foram exaltados ou repreendidos. Os homens do Ultramar são portugueses excitados pelo ambiente moral da vida bárbara, pelas facilidades incitantes de ambições egoístas, pelas resistências ou fraquezas que provocam à tirania, pela impunidade quase garantida pela distância da sanção, o que relaxava todos os poderes de refreamento”.

Nos contactos de cultura, nos contactos étnicos, transferiu-se sangue e cultura. O humanismo europeu, como obra de espírito e de cultura, não foi apenas o fruto de uma restauração da sensibilidade greco-latina, mas também uma admirável consequência dessa empresa de alargamento do ecúmeno e de conflitos na ordem cultural e étnica — novas modalidades de culturas e de povos, pela mestiçagem dessas culturas e daqueles povos. Não somos, nós próprios, uma resultante de toda a admirável façanha, de tanta sensibilidade e de tanta violência ?

V

A expansão e com ela a conquista para o domínio fêz-se com uma velocidade imensa. Depois dos entrevos com os ingleses e com os holandeses, os luso-brasileiros atiraram-se pela hinterlândia vencendo todos

os obstáculos opostos pela natureza e pelas humanidades gentias.

Repetindo a façanha da Raça de Gigantes, de que Saint Hilaire se faria o grande promotor, engoliam o espaço gigantesco, passando cachoeiras e acima delas plantando feitorias, núcleos mais permanentes de ocupação, fortificações que asseguravam, com mais decisão, a plenitude da soberania portuguesa. Não se comportaram, na façanha, como santos ou como heróis para os alteres cívicos ou religiosos. Praticaram a ação predatória sôbre a natureza e contra os homens que pretenderam opor-se-lhes. As expedições punitivas e as agarrações dos silvícolas constituíram o lado mais negativo da emprêsa. Porque todo aquêle contingente de maldade que se encontra em nós aflorou com impetuosidade bravia. É preciso compreender que o episódio refletia, em si, também, um pouco estado d'alma, decorrente da selvageria do ambiente, ambiente desconcertante, a favorecer o desregramento e a violência das emoções. É assim em tôdas as épocas da história, em todos os cantos da terra, nesses movimentos iniciais de vida social. A disciplinação dos nervos, das atitudes, do comportamento, vem com o tempo. Não absolve, aos nossos olhos e à nossa consciência exigente, mas é uma realidade que só a hipocrisia dos homens finge ignorar para uma doçura de vida que não existiu nunca. Ainda hoje é assim, na Amazônia. A montagem dos seringais pelos nordestinos não se processou em gestos que revelassem nêles a disposição de um comportamento fidalgo. Enfrentando a selva e os homens primi-

tivos que ainda a povoavam, trataram-nos com desamor, para o êxito da empresa em que se empenharam. Não lhes peço contas. Compreendo-os na brutalidade do meio e do instrumental de que tinham de valer-se. Os dois séculos, no decorrer dos quais, elaborou-se o prefácio do domínio do espaço, de sua utilização e de sua integração a padrões ambiciosos de civilização, foram gastos nessa tarefa de formação da base física e de imposição de uma soberania.

No quadro amazônico, de que participamos com venezuelanos, colombianos, equatorianos, peruanos e bolivianos, coube-nos a fatia maior. Não vamos tentar o histórico do feito admirável de sua criação. O que pretendemos é indicar como naquele prefácio foi possível permanecer e realizar empreendimento de colonização, dentro de técnicas e de estudos que não resultaram de planejamentos prévios, mas da experiência que ditou as regras no jogo e foi corrigindo, na lição de todos os dias, o que devia e o que não devia ser feito.

Comecemos por insistir em que não houve um plano de Estado para a Amazônia, como não houve para o Brasil, para a África e para o Oriente. O ponto mais firme da decisão portuguesa foi aquele da ampliação do espaço e portanto do exercício da soberania. Nesse particular o propósito português foi permanente e se efetivou com excelentes resultados.

Deparando com uma natureza que lhe pareceu rica em espécies vegetais, solicitadas pelos mercados do Velho Mundo, os luso-brasileiros iniciaram a explo-

ração da floresta. Identificaram-na, com a cooperação do gentio. Cacau, cravo fino e grosso, baunilha, canela, na denominação da época as "drogas do sertão", compuseram a primeira motivação econômica. Eram colhidos desordenadamente. Legislação específica, com o tempo, disciplinou-lhe a colheita — fixou épocas, proibiu a extração dos frutos verdes, estabeleceu preços, concedeu prêmios para o descobrimento das novas espécies, marcou a área de trabalho. A seringueira foi a última das espécies encontradas. Os Cambebas do Solimões ensinaram a frei Manoel da Esperança, carmelita, o emprêgo do látex. Em princípios do século XIX a exportação e a utilização local em pequeno empreendimento industrial já era realidade. Davam-se os primeiros passos para o "rush" posterior. A cana, o algodão, o anil, o tabaco, o café, o cacau, introduzidos como espécies novas, ou aproveitadas como espécies indígenas, aos incentivos oficiais, compuseram o outro lado da atividade econômica. E com tal sucesso, que, no tocante ao café, proibiu-se, no Reino, a entrada do que não viesse da Amazônia. Era a política protecionista, de Estado, que despontava. Com relação ao tabaco e ao açúcar, fixaram-se também restrições, para não prejudicar a produção baiana e pernambucana. Isto em 16 de junho de 1761. Mais um elemento positivo da política protecionista e de equilíbrio entre as regiões, evitando-se concorrências prejudiciais aos interesses maiores do Estado.

No tocante à pesca, riqueza imensurável na região, a ação dos colonos e do Estado não teve feição diferente.

Pescou-se intensamente. Montaram-se, para os serviços do Estado, os chamados "pesqueiros reais". Serviam para a alimentação das guarnições, perdidas no infinito da terra. Exportou-se à larga. Proibiu-se a exterminação das espécies. Um exemplo, as tartarugas. Também se legislou, disciplinando áreas de pesca, épocas, tamanhos das espécies. Os ovos não se deviam apanhar, para evitar a extinção dos quelônios. Da floresta extraíam-se as madeiras, que, embarcadas para Lisboa, a servirem nas edificações do Estado, como o Palácio de Queluz, para móveis e construções residenciais, também tiveram a sua utilização regulada em diplomas legais sob a mesma preocupação de preservar espécies e tornar o negócio rendoso, mas realizado sem o sentido predatório que seria o normal. Para isso, montou o Estado estabelecimentos apropriados ao longo dos rios e como operação oficial. A Companhia do Comércio, criada para incentivar a lavoura, as manufaturas e o intercâmbio mercantil, deu resultado, ofereceu novas possibilidades à região, promovendo-lhe, efetivamente, o desenvolvimento. Nunes Dias, em estudo monumental, que a Universidade do Pará tem em edição, traçou-lhe a história objetiva, imparcial, reveladora de aspectos surpreendentes de sua ação construtiva — além das perspectivas que criou para o êxito das grandes lavouras de arroz, café, algodão, cacau, promoveu a introdução de utensílios, desconhecidos pela sociedade local, o dinheiro amoedado e a montagem de estaleiro, que, se não competia com os pequenos núcleos de construção

de embarcações, essenciais ao transporte de homens e de mercadorias, trouxe a revolução dos navios de grande porte e calado para a travessia do Atlântico.

Um Jardim Botânico, criado no fim do século XVIII e princípios do XIX, com técnicos emigrados de Caiena, serviu à aclimação de espécies alienígenas: pimenta-do-reino, fruta-pão, noz-moscada, cânhamo, cravo da Índia. De Caiena já viera o café. De lá, quando lhe impusemos o domínio político (1808-1815), transferiram-se dezenas de matrizes, que se experimentaram em Belém, no Hôrto, e depois foram levados ao Nordeste e ao Rio de Janeiro.

Por fim, no campo econômico, ocorreu a introdução do gado vacum e cavalar. Os campos de Marajó foram aproveitados. No Baixo Amazonas, criou-se, a fogo, a clareira que serviu também ao creatório. No vale do Rio Branco, Lôbo D'Almada fundou as primeiras fazendas. São estas, ainda hoje, as áreas onde se realiza a diversificação da economia, da coleta para a dos plantéis que cresceram e são fonte de abastecimento regular dos mercados de consumo alimentar.

VI

Dois séculos decorridos, que balanço poderíamos dar sobre a experiência portuguesa na Amazônia, para a conclusão definitiva? Fôra uma experiência cercada de êxito ou marcada pelo insucesso? Aquêles homens, que não eram nem santos nem bandidos, mas

homens sujeitos a todos os erros e a tôdas as virtudes num mundo distante, de certo modo situados na imensidade do espaço gigantesco, a braços com uma natureza selvagem e dominadora, teriam falhado? Teriam vencido? Em 1804 assumira a direção da Amazônia, como seu Capitão-General e Governador, D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos. Sua vivência no Brasil, que findaria no Rio de Janeiro, titulado de Vice-Rei, ia ser demorada e lhe daria uma consciência muito perfeita do que era a colônia nos variados aspectos físicos e humanos que ela apresentava. O primeiro contacto, no entanto, seria com a Amazônia, que lhe deve ter provocado impacto violento. E como tal, a comprometer-lhe a visão das coisas — sociedade e meio físico. Realmente, assim sucedeu. A Amazônia pareceu-lhe ainda um mundo selvagem, sem perspectivas e numa realidade tremendamente negativa. Ouçamo-lo: "O serviço aqui a fazer a S. A. Real é a meu ver o mais importante possível: trata-se de converter uma colônia bruta, despovoada e pobre, em uma que seja civilizada, popularíssima e rica". As populações alienígenas, a seus olhos continuavam "nações bárbaras onde não há religião nem justiça, as duas bases em que só pode sustentar-se o sistema social que por hora he aqui completamente desconhecido". E no entanto, parecia-lhe a vasta região do norte como aquela parte do Império que poderia vir a constituir "a mais valiosa hipoteca da Nação".

D. Marcos, na sua exposição a Lisboa, abrindo o

coração, condenava aquêles dois séculos da experiência portuguesa. Acusava-a de haver sido um insucesso. Mais tarde, em 1806, José Narciso de Magalhães e Menezes, confessando também a insegurança da experiência, atribuiu-a à pressão do meio físico. Era demais aquêle mundo áspero para o homem comum. Impunha-se que surgisse, para domá-lo e humanizá-lo "hum gênio criador", pensamento que Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, repetiria, ao dirigir-se ao Ministro do Império, depois da Independência — a Amazônia exigia "um homem de gênio".

Alexandre Rodrigues Ferreira, nos admiráveis informes que escreveu no decorrer de sua "Viagem filosófica", apontando erros, indicando acêrtos, criticando e incentivando, não se mostrou um descrente nem um juiz implacável da operação portuguesa. Registrava fracassos mas destacava também êxitos. Atribuía também muito de que lhe parecera um desastre aos fatores mesológicos e conseqüente pêso da negligência das gentes locais.

Em princípios do século XIX visitaram a Amazônia, Spix e Martius. Do Atlântico a Tabatinga, viram o que era possível ver. Naturalistas, seus olhos enxergaram tudo para a exegese a que se haviam proposto. Que nos registraram?

Registraram a existência de centenas de núcleos humanos, de índios em integral convívio com as outras partículas da sociedade, de mestiços, de portugueses de lei, aquêles casais açorianos que haviam chegado

em fins do século XVIII, portanto uma sociedade em plena realização, criando riqueza, identificada com o meio físico, utilizando-o com intensidade. Belém, capital do mundo amazônico, era já centro ativo de vida, com edifícios públicos e privados monumentais. Em tôda a parte, ao lado daqueles aspectos de gigantismo e de superioridade da natureza, imensurável, homens em plena ação visando a amansá-la para possuí-la. Aquilo era trópico e era experiência cercada de êxito. Não se fugia dêle. Ao contrário, nêle permanecia-se, numa resistêcia admirável e numa lição de unidade de cultura que a língua portuguesa, o cristianismo, e as instituições comprovavam com tôda a fôrça como valores positivos e visíveis.

VII

Todo êsse admirável processo de ocupação, de desbravamento, de imposição de soberania, de experiência ecológica, de enérgica e bem sucedida ação criadora, encontra sua explicação maior, mais decisiva, na elaboração da sociedade, tarefa antropológica em que os portugueses foram mestres. Essa sociedade não se poderia constituir exclusivamente dos contingentes indígenas, dos contingentes lusitanos, dos contingentes africanos, êsses limitadíssimos na sua presença na Amazônia, mesmo vivendo em entendimento normal. Seria uma sociedade insatisfeita, a manter-se compartimentada, criando a perspectiva de

etnias distanciadas e sem acesso à harmonia do convívio permanente, de bons frutos sócio-culturais. A mestiçagem, como solução humana para o povoamento, para a integração cultural foi, em consequência, a solução ideal. Promovida pela própria iniciativa dos elementos que a efetivaram, recebeu o incentivo do Estado, que premiou os casais, assegurando-lhes bem estar material imediato pela concessão de terras, instrumentos para o trabalho, isenção de tributos, de serviço militar, dêsse modo dando dignidade ao que ocorrera, a princípio fora das regras jurídico-religiosas, mas depois sob a proteção da legislação civil. Ésse, a nosso ver, o grande segredo do êxito da presença portuguesa na Amazônia e nos outros mundos que aquêles íberos foram criando pela terra afora.

Em tôda essa operação colonial, realizada na Amazônia, e nos outros distritos do Império, vamos encontrar a mesma iniciativa, a mesma decisão, a mesma política realista visando a criar um mundo que se diferenciava nas peculiaridades impostas pelo meio físico, mas se mantinha, a certos aspectos, sob um sistema de unidade ponderável. O que mestre Gilberto Freyre denomina com tôda segurança, de lusotropicalismo, é justamente essa coesão de valores, essa permanência, essa constante, que decorreu de uma política, executada sem obediência a fórmulas preestabelecidas, mas que funcionou plenamente e se revestiu das características de uma experiência, e como experiência, aqui e ali desconcertante, mais além, todavia, a apresentar-se em têrmos de soluções,

de práticas absolutamente perfeitas. Aquêles motivos, de uma unidade tão visível, que êle encontrou espalhados pelo mundo que os portugueses criaram, valeu, por isso, como fundamento para a sua tese tão lúcida, tão extensa, de tanto conteúdo. Na Amazônia êles existiam, eram uma constante impressionante. A Amazônia, como experiência de luso-tropicalismo, constitui, assim, uma admirável lição de sua existência e justifica aquêle período famoso de Joaquim Nabuco — "nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do vale do Amazonas".

*Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra
Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmento, 78 —
Manaus — para o Govêrno do Estado
do Amazonas.*

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**